

Espaços de resistência indígena: educação, identidade e ambiente

Deisiane da Silva Bezerra
deisybezerra@hotmail.com
Mary Hellen Lima das Neves
maryhellenlima@hotmail.com

RESUMO

Interessa-nos analisar espaços de resistência construídos e favorecidos a partir de processos históricos que incluem a organização de mobilizações indígenas para o reconhecimento étnico após a extinção dos aldeamentos no final do século XIX, reafirmando identidades, (re) pensando conceitos e analisando as estratégias de resistência, com maior ênfase nas perspectivas da educação e do ambiente. E em um segundo momento buscar compreender como se dá o contato entre indígenas e a natureza, principalmente no que se refere ao fortalecimento das relações socioambientais, onde o ambiente é um dos principais componentes na construção identitária destes territórios e de seu povo. Nessa perspectiva, fundamentamos nossas discussões a partir das reflexões de autores como: Edson Silva, João Pacheco de Oliveira Filho, Halbwachs e Michel de Certeau.

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas, Território, Pertencimento.

Introdução

Os povos indígenas no Nordeste, afirmaram identidades étnicas reestruturando-se socioculturalmente, como protagonistas em contextos históricos permeados por processos de territorialização, que ocorreram entre o século XVII e XIX, através das missões religiosas, com a expansão territorial e financeira da Coroa portuguesa; de incentivo aos casamentos entre indígenas e colonos brancos nos antigos aldeamentos e por meio da Lei de Terras de 1850, que propiciou a regularização das propriedades rurais, provocando uma expansão das vilas e famílias de colonos portugueses que se instalaram em terras de antigos aldeamentos para se dedicarem as atividades agrícolas.

No segundo processo de territorialização vivenciado pelos indígenas, no início do Século XX, com a criação de um órgão indigenista oficial, o Serviço de Proteção aos Índios/SPI, que atuou para a assimilação dos índios, ainda que garantisse o reconhecimento da condição diferenciada de grupos indígenas diante da sociedade nacional, possibilitando a assistência por meio da construção dos Postos Indígenas (OLIVEIRA, 1998; SILVA, 2008).

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

Nesse sentido, é importante evidenciar os processos históricos pelo reconhecimento étnico e conquista territorial. Quando eles elaboraram estratégias para garantir a sua sobrevivência, a sobrevivência de sua história e o fortalecimento das suas raízes. Agregando ao território uma infinidade de signos e símbolos. Um espaço que produz uma ligação afetiva regendo os preceitos de sua sociedade que o tem como propriedade coletiva, e passa também a ter uma importância política, quando se torna bandeira de lutas e espaço tradicional imprescindível para a sobrevivência física e cultural indígena.

Nessa perspectiva, discutir a temática indígena no Brasil significa lidar com conceitos pejorativos, principalmente quando se trata de povos indígenas mais atingidos pela colonização portuguesa. Pois as memórias do senso comum estão impregnadas de informações incompletas e/ou deturpadas acerca dos índios no Brasil. Como imagens cristalizadas e generalizantes das culturas indígenas vinculadas a um passado distante, mais especificamente o momento inicial da colonização portuguesa no Brasil, desconsiderando assim, o longo período de contato e processos de trocas culturais, violentos ou espontâneos entre índios e não índios.

Análise e perspectivas sobre a criação de espaços de resistência a partir dos processos históricos

Preservar, tem se limitado a guardar modelos engessados e simbólicos de representação. Um interesse muito comum na sociedade contemporânea em manter “vivos” e “intocáveis” símbolos que façam referência ao que reconhecem enquanto identidade nacional. Assim, em fins do século XIX, quando nascia a nação brasileira, a busca pela afirmação da identidade nacional carecia da representatividade simbólica expressada nas raças que a constituíram (SILVA, 2016). Buscando na rememoração e ritualização desses símbolos tradicionais, base para sua reconciliação com o passado, firmando esses símbolos na categoria de patrimônio (BENJAMIN, 1987).

Construía-se no país uma nova paisagem sociocultural e política intensificada no início do século XX. O que se tornou mais evidente a partir de 1922, quando ocorreu a Semana da Arte Moderna em São Paulo, provocando mudanças na estética da Literatura e das Artes no país. Os intelectuais anunciavam o início de uma perspectiva valorizando aspectos como a liberdade de expressão e autonomia, no contexto de uma sociedade conservadora, enquanto outros tinham posturas mais sóbrias e nacionalistas. Portanto, existiam posições antagônicas em torno da chamada identidade brasileira, também expressa na figura do índio,

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

do negro e do mulato. Enquanto isso, na ótica dos intelectuais do período, a exemplo de NINA RODRIGUES (1935) e ROMERO (1977), a permanência dos costumes ligados as origens diversas da sociedade brasileira, representava um atraso para a formação de uma identidade nacional para o povo brasileiro.

Pesquisar as operações de ritualização cultural, contribui para compreensão das relações da modernidade com o tradicional, bem como, a maneira que legitimam quem construiu ou se apropriou delas. O patrimônio é apropriado enquanto força política quando é teatralizado, quando isto acontece em comemorações, monumentos e museus, tornando-se um objeto identitário construído a fim de representar a essência nacional, e também é evidenciado através das comemorações em massa. E, a escola, neste contexto, serve a essa teatralização, necessária para fazer do patrimônio um símbolo de identidade nacional. Porém, a ritualização em demasia, condiciona elementos aceitos como constitutivos dessa identidade no Brasil, como os povos indígenas, às rotulações (CANCLINI, 2013).

A excessiva ritualização – com um único paradigma, usado dogmamente – condiciona seus praticantes para que se comportem de maneira uniforme em contextos idênticos e incapacita para agir quando as perguntas são diferentes e os elementos da ação estão articulados de outra maneira (CANCLINI, 2013, p. 166).

Portanto, as aprendizagens formais e informais sobre as situações mutáveis têm seu desempenho dificultado, quando deixam de ter espaço no mundo contemporâneo em detrimento de imagens estáticas. O tradicionalismo, torna-se um recurso para suportar essas “desordens sociais”, a exemplo dos resultados das experiências de misturas, através dos contatos interétnicos, que não se encaixam aos modelos cristalizados e pré-concebidos. Pois para se voltar ao passado, eles desconsideram produtos culturais do presente (CANCLINI, 2013; OLIVEIRA, 1998).

A comemoração do passado “legítimo” daquele que corresponde à “essência nacional”, à moral, à religião e a família passa a ser a atividade cultural preponderante. Participar da vida social é agir de acordo com um sistema de práticas ritualizadas que deixam de fora o “estrangeiro” (Idem, p.167).

O patrimônio se torna um depósito de tradições contidas em objetos. As visitas aos museus, que deveriam ser importantes ferramentas a somar na aprendizagem escolar, muitas vezes, se tornam palco, responsável por conter e proteger grupos hegemônicos em um sistema ritualizado de ação social. Onde se pode encontrar anacronismos e objetos organizados de

modo a se desvincular do sentido social em que são produzidos. Porém, contribuem também para a industrialização e democratização da cultura. Ao considerar a retratação das culturas indígenas pelos museus, percebe-se que em geral não há um cuidado em separar objetos de acordo com a etnia de que derivam. Ao tempo, que desconsideram seus processos históricos (CANCLINI, 2013).

As culturas étnicas são exibidas com a função de demonstrar que são parte de um projeto de nação. No entanto, a população acaba por desconhecer aspectos de suas novas condições de vida: situações de contato entre índios e não-índios, disputas territoriais, posicionamentos e ações políticas, adaptação do seu artesanato a lógica dos mercados e aos processos históricos dizimadores (OLIVEIRA, 1998). Há uma preferência por mostrar em livros didáticos, paradidáticos e também em museus, um patrimônio cultural “puro” ao invés de problematizar essas situações.

A cultura vem sendo apropriada pelos indígenas enquanto instrumento de força política e quando é teatralizada em manifestações e comemorações, torna-se um objeto identitário construído a fim de representar o povo indígena, evidenciada por meio das ações em massa. Porém, do mesmo modo, a ritualização em demasia e desprovida de reflexões, pode condicionar os chamados povos tradicionais às rotulações

A excessiva ritualização – com um único paradigma, usado dogmamente – condiciona seus praticantes para que se comportem de maneira uniforme em contextos idênticos e incapacita para agir quando as perguntas são diferentes e os elementos da ação estão articulados de outra maneira (CANCLINI, 2013, p.166).

Os povos indígenas no Nordeste, precisaram transformar e/ou ocultar suas identidades para adaptar-se as inovações nas vivências em constante contato com um mundo que antes da colonização era alheio ao seu.

Nessa perspectiva, compreendemos os povos indígenas no Nordeste como resultado não apenas do extenso contato com o colonizador, mas de um histórico de mobilizações e resistência, inclusive no aspecto cultural. Deste modo, precisaram esconder suas expressões socioculturais, quando isso foi necessário à sua sobrevivência, resgatando-a nesses mesmos termos, quando precisaram afirmar-se enquanto índios, diante dos órgãos oficiais. Considerando fundamentais as manifestações dos indígenas que se utilizaram, e ainda se utilizam, de aspectos culturais como instrumentos para mobilizações nas reivindicações por seus direitos.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

O ambiente como construção identitária

Estudos sobre povos indígenas vem ganhando mais visibilidade nos últimos anos, sobretudo nos espaços acadêmicos em várias perspectivas, dentre elas buscar compreender como se dá o contato entre indígenas e seu ambiente, através das vivências, transformações, mas principalmente pelo fortalecimento das relações socioambientais, onde o ambiente é o principal componente na construção daquele lugar e de seu povo.

O Semiárido é um dos novos conceitos abordados por pesquisadores, por se tratar de uma discussão que agrega uma série de reflexões, seja no aspecto social ou cultural; no social, no sentido de por muito tempo ter sido pensado como uma região cristalizada como espaço de miséria, sofrimento e conformismo, abordagem superada muito recentemente. No cultural com ressignificações que reelaboraram esta compreensão sobre a região, substituindo estereótipos por mobilizações sociais que reivindicam políticas públicas e mudanças socioeconômicas, tornando o Semiárido um espaço de dignidade, independente de suas condições climáticas.

Dos biomas existentes no Brasil e mais predominantes na região Nordeste, dois deles se aplicam mais para compreender a vegetação regional, sendo a Mata Atlântica e a Caatinga os que mais se aproximam do ecossistema estudado, ocorrendo portanto uma variação onde possuem formações de Mata Atlântica circundadas pela Caatinga com uma outra característica, inseridos em um brejo de altitude, constituindo zonas de exceção, matas úmidas, mesmo no Semiárido, situados em perímetros das secas no Nordeste brasileiro.

O desmatamento no Nordeste tem alcançado níveis bem preocupantes, e esta ação acarreta diretamente na ameaça da biodiversidade existente em todo o país. Sabemos que a ameaça iminente resulta em vários séculos de exploração dos recursos naturais em todo o país, não sendo diferente no Nordeste, formando uma paisagem fitogeográfica¹ comprometida, iniciada com o “descobrimento” do Brasil, depois a colonização do Nordeste brasileiro e conseqüentemente formação socioespacial.

O Nordeste é uma das regiões no Brasil que mais foi impactada pela colonização portuguesa, os povos indígenas foram esbulhados de suas terras, os considerados inimigos foram escravizados, enquanto que os aliados estabeleceram relações de interesse com os

¹ É um ramo da Biogeografia que estuda ação do homem e suas modificações nas paisagens naturais dos biomas no planeta desde tempos imemoriais.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

européus. Como forma de resistência os indígenas elaboraram estratégias que possibilitaram a existência, muitos, por exemplo, aparentaram assimilação² a cultura dos colonizadores, outros fugiram e adentraram cada vez mais as regiões chamadas de “sertão”.³

Por conta disto, a formação socioespacial dos territórios ocorreu de diversas formas por parte dos colonizadores, que para não comprometerem o sucesso destes empreendimentos, ignoraram as populações indígenas e posteriormente os negros. Ocorreram conflitos territoriais, além dos impactos socioambientais, uma vez que a exploração das terras pelos colonizadores visava apenas o lucro, sem preocupação com as possíveis consequências causadas ao solo.

Os indígenas vivenciaram vários momentos de tensões, perseguições e imposições de outrem e por essa razão, inúmeras vezes negaram sua identidade étnica, silenciaram suas expressões socioculturais e a religião. Como ocorreu com os indígenas em todo país, inclusive com os habitantes no Nordeste.

A Lei de Terras de 1850 contribuiu e muito para a invisibilidade social e marginalização historiográfica dos indígenas. Sendo a terra representatividade de poder, uma vez que a Lei fosse regulamentada, tornava-se mais difícil um trabalhador possuir terras, por outro lado facilitava ainda mais o acesso das oligarquias para a compra de terras, além de estreitar suas relações políticas.

A lei acabou com os sistemas de concessão e doação para transformar a terra em propriedade privada, favorecendo, assim, os grandes proprietários rurais que passavam a ser os únicos detentores dos meios de produção, principalmente a terra, tornando-as um bem comercial, tirando delas o caráter de status social derivado da própria posse. Na maioria das situações, as terras indígenas foram consideradas devolutas, loteadas e transferidas por meio de título de vendas a terceiros (SILVA JUNIOR, 2013, p.13) e os invasores objetivavam ocupar as terras habitadas pelos indígenas para expandir as produções agrícolas e pastoris.

Somente em meados do século XX, é que estrategicamente os índios mobilizaram-se para serem reconhecidos enquanto povo indígena com suas expressões socioculturais. O processo de mobilização com as retomadas de territórios, visibilidade política e

² O termo refere-se as diversas estratégias utilizadas pelos indígenas para sobreviverem em meio as circunstâncias a partir do contato com os europeus, em alguns momentos os nativos se adaptaram culturalmente buscando formas de resistir as imposições, claro que não se pode negar que houve a transformação cultural, mas não necessariamente a aceitação, pois houve muita resistência por parte dos indígenas.

³ Denominação dos colonizadores portugueses às regiões ainda não desbravadas, consideradas incivilizadas, opostas ao litoral.

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.

ISSN 2525-5274.

<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

reconhecimento, sempre foi uma necessidade e os indígenas habitando no Nordeste: “iniciando entre os anos de 1920, prolongando-se por duas décadas, quando foram interrompidos por um longo período, até serem retomados com visibilidade social nos anos 70” (PARISI, 2008, p.30), porém sempre em busca das retomadas territoriais.

Junto com o reconhecimento étnico, os povos indígenas reivindicaram também seus territórios, mesmo diante das tensões vivenciadas, continuaram se mobilizando através dos meios legais para retomar suas terras. Argumentavam a necessidade das terras para trabalhar e sustentar suas famílias, mas não somente para isto, queriam retomá-las para praticarem os rituais e viverem coletivamente, fortalecendo suas expressões socioculturais e afirmando a identidade.

O território é tido como uma Natureza sagrada, morada dos Encantados⁴, também sagrado pelas práticas ritualísticas, unindo relações simbólicas e físicas em um só espaço, tonando-se nítido este sentimento de pertença dos indígenas com o Ambiente, expresso pela oralidade, as histórias vividas e narradas pelos indígenas, além dessa relação mais íntima com o sagrado, existe também uma preocupação ambiental com este espaço, pois é o local onde os indígenas retiram parte da matéria prima para produzirem artesanatos, construírem casas, produzirem remédios fitoterápicos, também para obter parte dos alimentos, principalmente frutas. Esta prática de extrair e ao mesmo tempo preservar a terra e os recursos naturais aproximam-se do que pesquisadores da Biologia nomeiam de Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, que é a exploração de recursos naturais adaptados a uma condição ecológica local desempenhando principalmente a proteção da Natureza e a manutenção da diversidade biológica em sistemas sustentáveis. As terras indígenas não representam apenas uma fonte de recursos naturais, mas constitui também a base para sobrevivência sociocultural como comunidade (SILVA, 2011, p. 73).

Todos os recursos naturais existentes nas Aldeias contribuem de forma muito positiva para o cotidiano dos habitantes. A flora, por exemplo, além fornecer ervas para tratar problemas de saúde, contribui como marcador sociocultural dos povos indígenas no que se refere à prática centenária de lidar com ervas medicinais e também na preocupação em repassar tais práticas para as próximas gerações. Ao mesmo tempo, a fauna existente nas aldeias possibilita encontrar uma diversidade de espécies de animais, o que se traduz como

⁴ São forças ancestrais que fazem parte da cosmologia dos povos indígenas, os mesmos estavam vivos, transformaram-se e tornando-se parte da Natureza. É compreendido como um intermediador entre o mundo material e espiritual dos indígenas.

um ambiente em equilíbrio, com indicativo de qualidade do espaço natural e de convivência possível entre Natureza e sociedade.

Com o passar dos anos na aldeia, foi sendo criada uma dinâmica própria, pois os habitantes mais adaptados perceberam que junto ao território havia uma cultura de pertencimento, um compromisso maior com a aldeia, com os pares e à medida que mais tempo passava, maior era o sentimento, comum a praticamente todos os habitantes. Este sentimento possibilita a continuidade das mobilizações, resultando na conquista de outras áreas a serem retomadas. Uma situação justificada também pelo conceito de “experiência” utilizado por Thompson (1981) quando fez distinção entre a experiência vivida e a experiência percebida, sendo ambas autoformadoras das experiências históricas e conquistas apreendidas por homens e mulheres concretos, reais. São nos espaços das experiências compartilhadas cotidianamente que se definem e se constituem os grupos sociais, com as identidades étnicas, socioculturais e territoriais.

Considerações finais

Torna-se evidente a necessidade de fazer com que os debates em relação a temática indígena sejam apropriados por espaços como a sala de aula, promovendo assim o reconhecimento e respeito as sociodiversidades no Brasil. Não limitando as discussões ao conhecimento superficial. Mas, promovendo o estreitamento das relações e diálogos interculturais, estabelecendo ideais como respeito, ampliação e democratização dos saberes (SILVA, 2016).

Tão importante quanto estudar a história indígena, uma história dos índios, é pensar sobre estes povos na história, como sujeitos sociopolíticos ativos nos processos históricos na história da humanidade (SILVA, 2016, p. 13). E assim superar estereótipos, reconhecendo que mesmo em meio a tantas tentativas de opressão e silenciamento, as populações indígenas resistiram e atualmente vivem um novo momento histórico, o de mobilizações permanentes por seus direitos, principalmente o territorial e o direito de expressarem-se socioculturalmente.

Referências

Anais do V ENHS – Encontro Nacional de História do Sertão – A Interdisciplinaridade na História: diálogos entre política, economia, sociedade e cultura. Delmiro Gouveia-AL, Universidade Federal de Alagoas, 04 a 07 de dezembro de 2018.
ISSN 2525-5274.
<https://doity.com.br/anais/v-enhs>

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e História da cultura. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2013.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **Mana**, vol.4, n.º.1, p.47-77, abr. 1998.

PARISI, Rosana Soares Bertocco. **Xucuru-Kariri: a reconstituição da trajetória de um grupo indígena remanejado e suas habitações em "novaterra"**, Escola de Engenharia São Carlos, Universidade de São Paulo, 2008.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **Os africanos no Brasil [1932]**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasileira, 1935.

ROMERO, Sílvio. **Estudos sobre a poesia popular no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977.

SILVA, Edson H. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. Tese de Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2008.

SILVA, Edson H; SANTOS, Carlos Alberto Batista; OLIVEIRA, Edivania Granja; NETO, Eraldo Medeiros Costa. (Orgs.) **História Ambiental e história indígena no Semiárido brasileiro**. Feira de Santana: UFES, 2016.

SILVA, Edson Vicente da. Biosociodiversidade e Sustentabilidade dos povos da Floresta. In: SEABRA, Giovanni. (Org.). **Educação Ambiental no mundo globalizado: uma ecologia de riscos, desafios e resistência**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros. **Aldeando sentidos: Os Xukuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste Alagoano**. Maceió: EDUFAL, 2013.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão. In: **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.